

BULLYING

Metade dos danos causados neste mundo é obra de indivíduos que querem se sentir importantes. Não se propõem a fazer mal, mas não se importam com o mal. Ou não o veem ou o justificam porque estão concentrados na interminável batalha de pensar bem de si mesmos.
T. S. Eliot

“Não quero ir pra escola...” pode ser a primeira manifestação de que uma criança está com algum problema. Em ocasiões acompanhadas de sinais, tais como dores imprecisas, mal-estares diversos ou dificuldades de sair da cama, a frase, no entanto, costuma aludir a um tipo de coisa que não tem a ver com a próxima prova de Matemática ou com as exigências da professora de Geografia e, sim, com algo que para as crianças e os jovens costuma ser vivencialmente mais importante: a relação com os pares. Na realidade, muitas vezes o sinal de reticências seria completado – se a criança tivesse coragem – pela explicação “porque estão tornando a minha vida impossível ali”.

O fenômeno da *violência escolar (bullying, em inglês)*, também chamado de *intimidação, assédio, ameaça ou provocação*, está se convertendo em um tema urgente da realidade escolar no mundo todo e se refere, especificamente, aos *maus-tratos físicos ou verbais sistemáticos por parte de um ou mais alunos a outro aluno*.

Os maus-tratos podem consistir de agressões físicas, dano a objetos pessoais, pequenos furtos, ameaças, gozações, insultos, isolamento, difusão de calúnias ou qualquer recurso destinado a submeter alguém a uma situação de inferioridade e humilhação.

Em geral, o ato conta com espectadores, que costumam fazer parte de um grupo agressor ou que simplesmente “desfrutam” do espetáculo; divertem-se com as brincadeiras e/ou tratam de associar-se ao agressor para “compartilhar” de seu poder e, através dele, fazer algo que talvez desejem, mas não têm coragem de concretizar. Certamente, fazem-no também para evitar que os coloquem no papel de vítimas.

Ainda que este tipo de fenômeno tenha ocorrido em todas as épocas, parece que agora recebeu sua “credencial” e, embora essa situação indique que o fenômeno acontece com uma frequência maior, aponta ao mesmo tempo uma tendência para torná-lo público, o que contribui notavelmente para iniciar caminhos de prevenção, já que um dos fatores que sempre tornaram sua abordagem difícil é o *segredo, a clandestinidade, a ignorância, consciente ou inconsciente, dos adultos a seu respeito*. De alguma maneira – e guardando as devidas distâncias – é um comportamento “mafioso”, cujo êxito baseia-se no princípio iniciático dessas organizações: a “*omertà*”, a lei do silêncio, tanto de vítimas como de agressores.

Tal como Eliot expressa no parágrafo de *The Cocktail Party*, citado na epígrafe deste texto, “as pessoas querem se sentir importantes”. Em todas as idades e situações da vida. Fica claro que os grupos sociais e as diversas culturas estabelecem certos padrões de comportamento, considerados *legítimos*, para atingir esse objetivo. Por exemplo: *a realização de obras significativas, o prestígio conquistado por uma trajetória de vida, a atitude generosa para com os demais, o uso criativo dos próprios talentos intelectuais, sociais ou físicos, etc.*

No entanto, nem sempre, e nem para todos, é possível atingir este objetivo através desses meios e, por diversas razões, algumas pessoas apelam então para formas espúrias de ganhar poder e de se sentir importantes, como, por exemplo, o *bullying*. Em muitos casos, costumam contar com o apoio de *crenças socioculturais*, as quais não só não impedem, mas também facilitam a realização e a impunidade de seus atos intimidatórios.

Com efeito, em alguns casos os adultos responsáveis – pais e professores – não percebem a situação e, em outros, ainda que de algum modo a percebam ou suspeitem de algo, *minimizam-na*, pois têm certas ideias arraigadas que resistem tenazmente à prova de realidade.

Com relação aos pais, muitas vezes não intervêm porque:

- “São coisas de crianças.”

- “Têm que aprender a viver.”
- “Têm que virar homem.”
- “Não deve ser dedo-duro (delator).”
- “Se apanhou, merece que o castiguem, foi frouxo.”
- “Não vamos nos meter em cada bobagem.”
- “Aconteceu na escola, então eles que resolvam ali.”

Com relação aos docentes, a dificuldade de intervenção acontece porque:

- Não sabem bem o que fazer.
- A cultura escolar não costuma prestar muita atenção ao que acontece “entre as crianças”.
- Muitas vezes os episódios de agressão não afetam o “desenvolvimento normal das atividades”.
- Em geral, não acontecem na sala de aula nem à vista de outras pessoas.
- Em uma instituição bastante “feminina”, como é a escola, às vezes determinados comportamentos agressivos são atribuídos a “coisas de meninos”. (Na verdade, é certo que a agressão se dá bem mais entre os meninos do que entre as meninas e, entre estas, quando aparece, ela é mais sutil e, sobretudo, verbal.)

É claro que quando alguém se nega sistematicamente a encarar a realidade, esta costuma cair em cima da pessoa como um balde de água fria, no momento menos esperado. Aconteceram casos de *bullying*, sobretudo nos primeiros anos do Ensino Médio – idade estatisticamente crítica –, que culminaram em *suicídios ou homicídios*, surpreendendo e deixando perplexos adultos que não assumiram a gravidade que tais episódios podem ter quando perduram e incrementam progressivamente a solidão e a impotência das vítimas.

O agressor não é qualquer um, nem a vítima. Embora seja verdade que qualquer um pode ser *espectador*. Este fator é de suma importância para avançar em direção às soluções, porque *sem público não há espetáculo* e, por não serem protagonistas, os espectadores são, às vezes, mais suscetíveis à intervenção adulta do que os participantes diretos.

Por exemplo, durante a investigação de um fato no âmbito escolar, os espectadores não teriam que passar pela difícil situação de *autoacusação* (como o agressor) nem pela de *acusação* (como a vítima). Seriam *testemunhas* e, não importando o maior ou menor prazer que tenham extraído da situação, poderiam ser convidados a *manter uma rodada de conversas* para descrever os fatos e refletir sobre suas possíveis consequências. Até mesmo, se necessário, poderão conservar o anonimato, tanto o próprio como o dos protagonistas do fato.

Mais ainda, seja como resultado de instruções precisas, ou espontaneamente, um “Basta!”, dito de forma decidida por um ou mais dos assistentes de um ato intimidatório, pode acabar rapidamente com a situação de violência e estabelecer um precedente valioso para outras semelhantes.

Agressores e vítimas, por sua vez, são menos acessíveis e costumam apresentar algumas das seguintes características, não de forma estrita, mas com bastante frequência:

Agressores:

- *Têm problemas de autoestima.*
- *Por alguma razão não conseguem se destacar de outro modo.*
- *Provêm de famílias onde a violência é considerada normal para resolver os problemas.*
- *São maiores ou mais fortes do que a maioria dos colegas.*
- *São líderes carismáticos, por admiração ou temor.*
- *Em geral, são extrovertidos, impulsivos.*
- *Podem estar se vingando de abusos sofridos.*
- *Podem estar movidos pela inveja.*

- *Padecem, em algum grau, de “alexitimia”, isto é, de dificuldade de reconhecer os sentimentos próprios e alheios.*
- *Por razões culturais e familiares, das duas formas possíveis de se “sobressair”, isto é, promover alguém ou inferiorizar alguém, elegem a segunda.*

Vítimas:

- *São tímidos, temerosos.*
- *São menores, mais fracos ou mais “burros” do que a maioria dos colegas.*
- *Pertencem a alguma minoria dentro da maioria da classe: de gênero, étnica, social ou de preferências. Por exemplo, um menino que não gosta de futebol.*
- *São solitários, não têm amigos.*
- *Em geral, são introvertidos.*
- *São recém-chegados.*
- *Têm alguma desvantagem física.*
- *Destacam-se intelectualmente (“devoradores de livros”) e causam inveja.*
- *São pouco assertivos, respondem rapidamente aos pedidos dos outros para “evitarem problemas”.*
- *Quando denunciaram maus-tratos, ficaram estigmatizados.*
- *Têm grande necessidade de serem aceitos pelos demais.*
- *Acreditam que suportar passivamente as adversidades é a melhor forma de lidar com elas. Se conseguem aguentar o suficiente, no fim, as dificuldades irão acabar.*
- *Por razões culturais e familiares, acreditam que jamais responder à violência dos outros é a melhor forma de apaziguá-los.*
- *Muitas vezes são agressores em potencial e, como na famosa “síndrome de Estocolmo”, admiram quem os maltrata e tentam identificar-se com ele.*

Certamente, as características se misturam com frequência e aparecem tanto em uns como em outros, manifestando-se de modo inverso ou reativo. Por exemplo: um problema de baixa autoestima que se mostra como *super-valorização*.

O filósofo K. Popper enunciou uma vez o famoso *paradoxo da tolerância*, que, em poucas palavras, significa que *ser tolerante com um intolerante pode torná-lo ainda mais intolerante*. Este é, basicamente, o nó fundamental do problema e talvez uma das causas do fracasso de sua abordagem tanto pelos partidários do “olho por olho” como pelos de certo “pacifismo ingênuo”, convencidos de que, por exemplo, uma correta argumentação racional poderá bastar para modificar uma atitude intimidatória, a qual, justamente, não se assenta sobre bases racionais.

Daí derivam a dificuldade e, provavelmente, o ocultamento: parece uma dessas situações paradoxais, em que qualquer ação levada a cabo é considerada ruim. De nada serve a vítima reagir, se submeter, tentar “negociar” racionalmente com o agressor.

Contudo, como em tantas outras situações humanas, por mais complexas que sejam, é possível fazer algo. Em primeiro lugar, é necessário distinguir claramente a agressão – *que é uma conduta cruel sistemática* – da violência ocasional por razões circunstanciais, praticamente impossível de erradicar, em sua totalidade, de qualquer grupo humano.

Em segundo lugar, é necessário que os adultos – em princípio, os docentes – assumam que o problema existe, é mais frequente do que parece, pode ter consequências graves e, especialmente, que *elas devem intervir, e o mais rápido possível*. Porque as situações de *mal-estar crônico, individuais ou coletivas, se não são detidas, aumentam. E após certo tempo causam danos, às vezes irreparáveis*.

Em terceiro lugar, é necessário intensificar e aperfeiçoar a *escuta* de pais e professores, no duplo sentido de *estarem atentos a sinais que possam indicar situações de agressão*, e também de *acreditarem, em princípio, nas crianças e nos jovens quando estes denunciam algum caso, mesmo quando se reservam o direito de indagar com precisão do que se trata*.

Em quarto lugar, é essencial *convencer-se* – e agir em consequência – de que este tipo de comportamento nasce, cresce e prolifera em *terrenos culturalmente férteis*. Se um agressor passa e o

consenso cultural não se altera, muito provavelmente virá outro. A chave reside em criar condições institucionais nas quais *a crueldade e a agressão sejam mal vistas*. Nas quais se invertam os valores que sustentam essas atitudes e se enfraqueça a tentação de participar de algo que “todo mundo sabe ser negativo”.

Há que se criar condições nas quais “*humilhar o outro não seja visto como um bom negócio*”, *não seja conveniente* não só pelas consequências normativas, mas, em especial, pelas consequências sociais. E, para isso, não basta opor-se ao que é considerado negativo; é preciso *propor atitudes alternativas*, isto é, gerar todo tipo de situação em que se ressaltem e se evidenciem as tendências para a *empatia* e o *altruísmo*. Tais tendências estão presentes em todas as pessoas, inclusive nos agressores reais ou virtuais, os quais bem poderiam mudar de atitude se convidados a fazer um uso mais valioso (e valorizado) de sua *liderança*. Deste modo, a necessidade de “ser importante” é satisfeita, mas o argumento é alterado.

De qualquer maneira, por mais que se tenha de *atender* aos dois (agressor e vítima) – sem subestimar o fato de que o primeiro pode ter chegado a assumir tal papel por ter sido vítima antes – a prioridade é da vítima, devido ao aspecto degradante de sua situação e pelos riscos que tal condição implica para ele próprio e para os demais. A amarga pergunta, sem resposta “*Por que comigo?*” perseguiu muitas crianças, às vezes até a idade adulta, e sanar as feridas de sua autoestima exigiu-lhes um esforço enorme. Convém esclarecer que nos referimos àqueles casos em que esse esforço pode ser considerado um “mal menor”, pois foi possível evitar uma explosão de violência que teria ocasionado um desastre em suas vidas ou nas dos outros.

Uma das melhores formas de ajudar a vítima real ou virtual é informando-a que, segundo suas próprias confissões, esse tipo de fato aconteceu e acontece com muitas pessoas, inclusive com muitos que hoje são adultos normais e destacados em diversas atividades. Isto é, não é “culpa dela” exclusivamente, tampouco um estigma que carregará para a vida toda: trata-se de uma etapa que poderá ser superada, como tantas outras. Este tipo de mensagem, transmitido com convicção, costuma ter um efeito psicológico preventivo e sanador.

Outra forma consiste em *treinar* as crianças e os jovens para aquilo que antes denominamos de *capacidade assertiva*. Vale dizer, a forma saudável de escapar da armadilha de se submeter ou de responder com violência. Muitas vezes, a ameaça do agressor é muito mais simbólica do que real, quando não puro alarde; assim, uma recusa simples e clara, expressa com segurança, pode deter o processo, antes que se converta em um caso real de intimidação.

Por último, a maneira principal e fundamental de ajudar o agressor (e, ao mesmo tempo, a todos os demais) é *deter sua ação*. Para isso, a escola tem o direito de estabelecer, fazer acordos e exigir o cumprimento das *normas* que considere adequadas, conforme os seguintes princípios básicos: a) são as normas que lhe permitem *sustentar* o esforço de governar a instituição, e b) são normas *efetivas* na prevenção e interrupção de *círculos viciosos de violência*, como é o caso do *bullying*.

É provável que este seja o tema a desafiar mais duramente a relação escola/pais. Por esse motivo, é preciso por uma lente de aumento sobre ele, instalá-lo na agenda institucional, buscar apoio profissional, pedir informação em lugares onde se investigam e se experimentam soluções sobre o assunto e, uma vez trabalhado no âmbito da escola ou centro, abri-lo para a consideração dos pais, em geral e, em especial, daqueles cujos filhos se viram envolvidos em algum episódio de intimidação.

Certamente, muitas coisas podem ser feitas na escola para que se comece a produzir a *mudança cultural* necessária de modo a extinguir comportamentos de agressão. A seguir, algumas sugestões:

- Em princípio, é necessário estar atento, mas *não (se) alarmar*. Embora possa haver um caso patológico, em geral, trata-se de comportamentos, que, em diferentes medidas e contextos, *são humanos (demasiado humanos, diria Nietzsche...)*. Inúmeros exemplos de lideranças fatídicas, acompanhadas por milhões de “adultos instruídos”, avultam na História. Além disso, o estado de alarme não é o melhor para se pensar, podendo, paradoxalmente, prestar um serviço à agressão ao fazer os agressores, reais ou potenciais, se darem conta do que são capazes de provocar nos adultos.

- Muitas vezes, diante de um primeiro caso, a atitude serena e firme dos diretores ou docentes fez com que um agressor desistisse para sempre de suas tentativas. Neste caso, como em tantas outras situações, a *detecção precoce* é fundamental. Argumentos como “*não é para ficar orgulhoso*”, “*ninguém ficará, nem nós, nem seus pais e, além disso, aqui, não estamos dispostos a permiti-lo...*” podem ser incrivelmente eficazes.
- De outro lado, os agressores reais ou potenciais *são minoria*. De modo que a pressão sobre essa minoria pode ser muito grande, considerando o que foi dito anteriormente sobre os espectadores/testemunhas e o conceito de grupo escolar como um todo. A *maioria* não é agressor nem vítima, embora alguns de seus membros possam ser agredidos, dependendo das circunstâncias. Criar essa consciência ajuda, com toda certeza, a formar uma *nova cultura*.
- Uma vez que *o segredo* é o fator-chave desses comportamentos, tudo o que se faça para dar estado público ao problema será conveniente, sempre que não se atinja a privacidade de ninguém: murais, concursos de cartazes, tratamento em conselhos de alunos ou centros estudantis, trabalho de colaboração com os líderes positivos dos estudantes, projeção de vídeos com debate, aulas especiais, circulação de papéis volantes, jornadas *contra o abuso*, etc.
- Usamos o termo *abuso* intencionalmente, já que o propósito consiste em criar uma microcultura imune aos *abusos de qualquer tipo, incluindo os casos de bullying*. Tratá-los assim permite focalizá-los melhor, incluí-los dentro de um repertório de comportamentos, que também se prendem a certa “cultura machista”, além de, indiretamente, não fazer propaganda do *bullying*, nomeando-o excessivamente.
- Costuma-se afirmar que “exceto as doenças e os desastres climáticos, mais de 90% dos problemas do mundo resultam do fato de existirem pessoas que não mantêm seus acordos”. Não podemos comprovar se é exatamente assim, mas o sentido da ideia pode ter um efeito significativo em uma comunidade se esta é sustentada com firmeza. Se entendemos por *comportamento abusivo* aquele que supõe um *mal uso, ou uso indevido, do corpo, das ideias, dos sentimentos, do bom nome, dos objetos, do espaço ou do tempo do outro*, uma boa ordem para se instalar e com a qual concordar poderia ser: “*Não ao abuso, sim ao respeito*”. E parte importante do acordo deveria assentar-se sobre o fato de que *denunciar um abuso não é ser delator, mas sim cuidador do bem comum. Porque ninguém está a salvo em uma “cultura de abuso”*.
- As escolas deveriam elaborar uma *política* a esse respeito. Isto é, não deveriam reagir como se cada vez fosse a primeira e, sim, prever certos procedimentos acordados entre diretores e docentes (e eventualmente entre alunos e pais) sobre *o que fazer e, fundamentalmente, o que não fazer* perante uma denúncia ou uma suspeita.
- É necessário apreender, na maior medida do possível, determinadas características da cultura infanto-juvenil, que costumam ter muita influência e os adultos às vezes desconhecem ou minimizam. Por exemplo, não é rara a situação em que agressor e vítima são amigos e estão unidos por um apego afetivo que sobrevive aos episódios de agressão, zombaria ou humilhação. São relações que exemplificam casos como Abbot e Costello ou Laurel e Hardy, ou “Os três patetas”, onde um deles sempre é o estabonado ou burro e termina ridicularizado.
- Estes casos são difíceis porque trazem à tona uma questão fundamental, jamais expressa melhor do que no velho ditado judeu: “Diga-me em que carro viaja e lhe direi a canção que você canta”. É muito difícil para uma criança (e também para um adulto) “cantar outra canção”, exceto a que cantam aqueles que viajam no “seu carro”. Deste modo, nossa proposta consiste em começar a criar “*uma nova canção*”, válida para todos ou ao menos para a maioria.
- Do ponto de vista prático, muitas investigações demonstram que a atitude alerta dos adultos dentro do edifício escolar costuma diminuir sensivelmente os episódios de intimidação. É imprescindível certificar-se de que os alunos estejam em sala de aula nos horários devidos, vigiar os banheiros, corredores, depósitos, laboratórios e outros lugares nos quais se possa permanecer certo tempo fora do controle dos adultos. Também, no caso dos responsáveis pelas classes, deve-se prestar atenção em mudanças significativas no comportamento de um ou mais alunos, tais como: isolamento, silêncios persistentes, ausências reiteradas, desatenção, alterações bruscas no rendimento escolar, etc.

- A escola deveria mostrar-se amplamente receptiva a todo comentário ou denúncia que um pai por ventura formule, mesmo que em grau de suspeita, de forma pessoal ou através da Associação de Pais e Mestres, no caso de haver uma. E, certamente, uma vez feito um acordo institucional básico sobre o tema, será necessário programar encontros com pais, de caráter geral, e/ou dirigidos a aqueles cujos filhos estão, ou supõe-se que possam estar, envolvidos em situações de agressão. Embora nem sempre ocorra, para muitos pais, tanto de vítimas como de agressores, inteirar-se da situação é uma surpresa e só esse fato, somado à possibilidade de compartilhá-lo com outras pessoas em situação semelhante (ou complementar), costuma ter resultados benéficos que se convertem em mudanças na criação de seus filhos.
- Certamente, também há casos de pais que aprovam o comportamento dos filhos por razões “ideológicas”, tais como: “Ele está tentando se impor, isso é normal, o problema é dos outros” ou “Ele foi criado para jamais usar de violência quando tiver de resolver problemas”. Em geral, estes são minoria. Na maioria dos casos, frente à pressão da realidade e da força das normas institucionais, em especial, tais crenças costumam ceder pela convicção ou pela necessidade.
- Neste caso, como em outros, a escola deveria se converter em um *foco de iniciativas*, em princípio referentes à *circulação de informação em rede*, de todos com todos: pais com filhos, pais com pais, professores com alunos, professores com pais, professores com professores, diretores com todos os demais. E todos, por sua vez, com profissionais que possam transmitir conhecimentos e experiências úteis, aplicadas em lugares onde a situação já foi descrita antes e enfrentada como problema.